



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 1/2026

Data da Sessão Ordinária

27 de fevereiro de 2026

Início

20:30 horas

Termo

01:04 horas

28 de fevereiro de 2026

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo três mil cento e dezassete, de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis. --- Após apresentar os respetivos cumprimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os Senhores Deputadas Municipais; Ana Paula Marques Basílio, Rogério Paulo de Sousa Palácio, ambos do Partido Socialista e Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, não podiam estar presentes, tendo apresentado as devidas justificações. Em substituição dos Deputados Municipais do Partido Socialista, estiveram; o Senhor Luís Manuel Marques Rodrigues e o Senhor José Manuel Sequeira da Rita, do Partido Socialista; em substituição da Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, esteve a Senhora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim. -----

Seguidamente, solicitou à Senhora Segunda Secretária da Mesa para proceder à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Virgílio Manuel Rosa André, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Pedro Manuel Dias Domingos, Luís Manuel Marques Rodrigues, Rui Manuel Ferreira, José Manuel Sequeira da Rita, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Vasco Luís Vieira Botelho de Sousa, Pedro Miguel Pedro Caxias, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Gabriela Alexandra Peixinho Duarte. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo (Santa Margarida da Coutada), Ana Luísa Cartaxo Manique (Montalvo) e Paulo Gameiro Sena Freitas (Constância). -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, Pelos Senhores Vereadores João Pedro Costa Amaro Céu, José Fernando Guedes Marques e Pedro José Lopes Pereira. -----

Também estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários; - Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira e, Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico, ambos funcionários da Autarquia. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos, foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes, Primeiro Secretário -



Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segundo Secretário – Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral. -----

Verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco e vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à análise e discussão da Ata número sete, de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente deu a conhecer o resultado das eleições para Presidente da CCDR-LVT, realizadas no pretérito dia doze de janeiro de dois mil e vinte e seis. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se, no período antes da Ordem do Dia, pretendia fazer alguma intervenção. -----

Sendo a resposta afirmativa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida, fazer uma breve resenha sobre os principais prejuízos ocorridos recentemente no Concelho de Constância, provocados pela tempestade Kristin e pelas cheias. Referiu, que os avultados prejuízos já tinham sido reportados à CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), passando resumidamente a enumerar: - Com a súbita subida das águas dos Rios Tejo e Zêzere a níveis que já não aconteciam há décadas, a zona mais baixa da Vila, rapidamente tinha ficado inundada, provocando numerosos danos. Os equipamentos comerciais naquela zona da Vila, propriedade do Município, embora concessionados, tinham sofrido avultados danos, como eram os casos “Parque de Campismo e Bar; Esplanada Pézinhos no Rio; Loja dos Sarilhos e Trapilhos, entre outros”. Na rede viária, elencou apenas os danos mais significativos, como “O parque de estacionamento junto ao Rio Zêzere; os passadiços de acesso à Praia Fluvial, assim como a própria Praia; a estrada de acesso ao cais sul do Tejo, junto à CAIMA e, alguma obstrução na Estrada Municipal 358 (Estrada para Castelo de Bode - Martinchel). Também se tinham verificado danos avultados ao nível das instalações elétricas na zona mais baixa da Vila. A estimativa de danos a infraestruturas do Município, rondariam um milhão e meio de euros.



Quanto a equipamentos classificados ou de interesse cultural “Igreja Matriz, com danos a rondar os oitocentos e cinquenta mil euros”. Também tinha tido reporte de danos em infraestruturas de duas Associações do Concelho “Os Camponeses de Malpique e Casa do Povo de Montalvo”, com danos nos telhados, com uma estimativa orçamental de cerca de cinquenta e quatro mil e quinhentos euros. Em habitações próprias e permanentes, tinham sido reportados por particulares ao Município e submetidas para apoio, treze candidaturas, num valor estimado em sessenta e dois mil euros. No respeitante a eletricidade e telecomunicações, referiu que no Concelho, à data presente, ainda existiam municipais sem acesso à Internet. Somando todos os prejuízos, os valores estimados rondariam os dois milhões quinhentos e quarenta e três mil euros. Também referiu, que na margem sul do Rio Tejo, a jusante da ponte ferro/rodoviária, tinha ocorrido um enorme rombo, ameaçando o talude junto à Estrada Nacional 118. Tinha sido reportado às Infraestruturas de Portugal e ao Senhor Ministro da tutela, para que, com urgência, fosse analisada a situação. Bem como, uma inspeção aos alicerces da própria ponte. Deu a conhecer, a realização de uma conferência de imprensa, levada a efeito em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, relacionada com os constrangimentos de trânsito e segurança rodoviária na Ponte sobre o Rio Tejo que liga a Praia do Ribatejo a Constância Sul. Informou ainda, que tinha sido agendada pelo Senhor Ministro das Infraestruturas, uma visita a Constância, no próximo mês de março. Quanto à Estrada Municipal 358, que liga Constância à Barragem de Castelo de Bode - Martinchel, continuava encerrada por razões de segurança, no entanto, logo que os trabalhos de limpeza ficassem concluídos e, em articulação com o Município de Abrantes, seria tomada uma decisão para a sua abertura total ou parcial. Quanto ao acesso ao Cais do Tejo, lado sul, junto à empresa CAIMA, a estrada tinha ficado completamente destruída, exigindo uma intervenção bastante profunda, não tendo o Município equipamentos adequados para aquela operação, seria necessário contratualizar um serviço externo para aquela reparação. Sobre limpezas e manutenção das zonas mais afetadas pelas cheias, estava quase tudo concluído. Terminou a sua intervenção com agradecimentos a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, aos Bombeiros Voluntários de Constância, à Guarda Nacional Republicana, às Juntas de Freguesia, às Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea), à Proteção Civil do Médio Tejo e a toda a população do Concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra e, na sequência dos agradecimentos feitos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal a diversas entidades, pelos apoios prestados à população de Constância no âmbito das cheias e da tempestade Kristin, pretendia apresentar em nome de toda a Assembleia Municipal, um Voto de Agradecimento às referidas entidades, passando à sua leitura. De seguida, colocou o Voto



de Agradecimento a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Não havendo intervenções, passou-se à votação para ação, sendo igualmente aprovado por unanimidade. Fica a constituir (ANEXO I) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste período “Antes da Ordem do Dia”. -----
Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que pretendia apresentar algumas questões/observações, relacionadas com as ultimas cheias. A primeira observação, estava relacionada com a interdição da circulação rodoviária na Estrada Municipal 358, Constância-Castelo do Bode. O Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha mencionado nesta Assembleia Municipal aquele constrangimento, no entanto, tinha tido acesso a uma declaração da Junta de Freguesia de Martinchel, referindo que, quem estava a impedir a circulação era o Município de Constância. Fosse como fosse, a situação causava um enorme transtorno às pessoas de Martinchel que diariamente se deslocavam a Constância para tratarem dos mais diversos assuntos. Também lamentava o facto, de não ter existido alguma antecipação na desmontagem e retirada da estrutura em madeira no Parque de merendas, que servia de apoio às Pomonas Camonianas, assim como a outros eventos. Lamentava igualmente, o facto de não ter sido retirado o Ecoponto colocado junto ao Restaurante dos Indianos, levado pela cheia. Referiu, desconhecer a quota parte de responsabilidades do concessionário do Parque de Campismo, no entanto, o estado em que se encontrava, assim como, o seu funcionamento, eram um péssimo cartão de visita para a Vila, referindo, que quando aquela infraestrutura funcionava sobre a responsabilidade do Município, funcionava bastante bem, ao contrário do que acontece presentemente. Também questionou, qual a razão de não ter sido utilizada na limpeza das Ruas de Constância, a Autobomba dos Bombeiros, comparticipada pelo Município em sessenta mil euros. Também pretendia saber, se nos prejuízos estimados e reportados, tinha sido contemplado o arvoredado danificado. Era de primordial importância a sua reposição, se possível selecionada e, em maior número. Sobre os danos causados na rampa em madeira, de acesso à Praia Fluvial, era sua opinião, que no futuro, deveria ser estudada a possibilidade da colocação de uma estrutura amovível. Por fim, com a informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da vinda ao Concelho do Senhor Ministro das Infraestruturas, sugeria que lhe fosse entregue o Ofício elaborado pela Assembleia Municipal em 2021, que questionava quais as Infraestruturas rodoviárias previstas para a região, dirigido ao então Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, não tendo merecido qualquer resposta. Sobre o mesmo assunto,



referiu que tinha ficado satisfeito de pela primeira vez, ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Abrantes e da CIMT, ter mencionado a necessidade da construção de três Pontes para a Região (Abrantes, Constância e Chamusca). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

-No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, para além das considerações proferidas pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, que respeitava, começaria por responder à questão do Parque de Campismo. Referiu, que o concessionário tinha sido notificado, e estado presente numa reunião onde lhe tinha sido apresentado um ultimato sobre as denúncias de mau funcionamento do espaço. Tinha sido avisado de que, ou a situação melhorava oferecendo um serviço de qualidade, ou então, o Município denunciaria o contrato, terminando com a concessão. Sobre a não utilização da Autobomba dos Bombeiros na limpeza das ruas, pós-cheia, referiu que, embora a viatura estivesse operativa, o modulo de bombagem ainda não tinha sido entregue aos Bombeiros. Sobre os prejuízos causados no arvoredo urbano, tinham sido incluídos na relação enviada à CCDD- LVT, numa estimativa orçamental de quinze mil euros. Sobre a substituição da rampa de acesso à Praia Fluvial, concordava que era necessário estudar a melhor solução. Quanto ao Ofício entregue ao então Ministro, Dr. Pedro Nuno Santos, era da opinião que não deveria ser efetuada qualquer diligência antes da prevista vinda do atual Ministro das Infraestruturas ao Concelho. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que concordava com a sugestão do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao ofício a entregar ou não, ao atual Ministro das Infraestruturas. Era sua opinião que, caso fosse necessário, apenas deveria ser elaborado um novo ofício em conjunto, numa próxima Assembleia Municipal, com as devidas atualizações. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, para referir que a sua Bancada não tinha conhecimento do conteúdo do Ofício mencionado. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que o Ofício referido e enviado ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação (na altura) Dr. Pedro Nuno Santos, para além de uma breve resenha histórica introdutória sobre o assunto, referia: - “Na lista de investimentos conhecida, é reveladora a carência de investimentos públicos nesta zona do País. Sabendo que é premente a definição clara e imediata nas prioridades em projetos (Infraestruturas) prioritárias para esta região, o que é

que estava previsto relativamente a acessibilidades rodoviárias, em particular para o Concelho de Constância, há tantos anos desejados e prometidos”. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Vasco Luís Vieira Botelho de Sousa, do Partido CHEGA, referindo que a sua intervenção tinha a ver com as lajetas do asfalto, colocadas entre o edifício onde funciona o Espaço do Cidadão e a Praça Alexandre Herculano, em Constância. Questionava, se já tinha sido equacionada a hipótese de repor naquele espaço, o “calhau rolado”, outrora existente e muito eficaz, uma vez que a colocação de lajetas não tinha sido a melhor solução. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando a sua intervenção por questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as obras que estavam a decorrer na localidade da Aldeia de Santa Margarida da Coutada, pretendia saber, o que é que estava previsto a nível de asfaltos e ramais para aquelas infraestruturas. Também pretendia ser esclarecido, tendo em atenção que faltava menos de um mês para as festas do Concelho, o que é que estava previsto relativamente ao estacionamento, uma vez que, o parque junto ao Rio Zêzere, tinha ficado completamente danificado com as ultimas cheias. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Vasco Luís Vieira Botelho de Sousa, do Partido CHEGA, sobre a substituição das lajetas por “calhau rolado”, na via entre o Espaço do Cidadão e a Praça Alexandre Herculano, referindo, que a intenção era remover as lajetas no espaço destinado à circulação de viaturas, substituindo-as por paralelos em granito, tal como já existia em quase toda a Avenida. Na ótica do executivo Municipal, o projeto tinha sido mal-executado, estando a situação para a resolução do assunto, entregue a um advogado. Enquanto não tivessem ordens concretas sobre o mesmo, não se avançaria para a substituição do piso. Sobre as questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começou por referir que as obras na Aldeia de Santa Margarida estavam a decorrer dentro do previsto e as vias seriam repavimentadas de acordo com o projeto. Quanto ao estacionamento junto ao Rio Zêzere, a intervenção seria bastante profunda, uma vez que os danos tinham sido bastante significativos. Para as festas do Concelho, estava a ser equacionada a possibilidade de provisoriamente, encherem os buracos com pó de pedra ou outro material, para que o parque pudesse ser utilizado durante o evento. -----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal



tinha mencionado que o projeto da colocação de lajetas, no pavimento entre o Espaço do Cidadão e a Praça Alexandre Herculano, tinha sido mal-executado. Assim sendo, questionava, o porquê, de não ser acionada a garantia bancária, existindo. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinha sido encomendada uma peritagem externa a um perito qualificado, para que fosse feita uma avaliação das deficiências, entre o que constava no projeto e o executado. A peritagem tinha sido feita, e concluído, que o assentamento das lajetas não tinha sido executado de acordo com o projeto. De seguida, ele próprio, tinha sido alertado pelo Senhor Engenheiro Sérgio Correia e por outras pessoas, concluindo que, independentemente daquela obra ter sido ou não executada de acordo com o projeto, por exemplo em Coimbra, e noutros pontos do País, a aplicação daquele tipo de lajetas, também estavam a ser substituídas. Voltou a referir, que não se avançaria para qualquer intervenção, sem que antes se avançasse com uma ação judicial contra o empreiteiro. Informou ainda, que a garantia bancária existia, mas aguardavam por uma peritagem do tribunal e a permissão para avançarem em segurança, com as obras. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a situação da má execução da obra na Avenida das Forças Armadas (lajetas), era um bom exemplo da necessidade de uma maior e melhor fiscalização por parte do Município, não só naquela obra, como em muitas outras, devendo o Município investir mais naquela área. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, para questionar sobre o processo de aquisição dos terrenos no loteamento em execução na Aldeia de Santa Margarida. Também pretendia chamar a atenção, para um candeeiro de iluminação pública, que deveria ser retirado durante as festas do Concelho, uma vez que se encontrava em frente ao habitual posicionamento do palco principal, prejudicando o enquadramento e a visibilidade a quem pretendia assistir aos espetáculos. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do CHEGA, referindo que, para a aquisição de lotes para construção na “fase II” da Urbanização Municipal na Aldeia de Santa Margarida, o Município tinha um Regulamento aprovado para a venda de Lotes. Com base naquele Regulamento, era lançado um concurso público e definido o valor por metro quadrado do Lote. Era um processo aberto à apresentação de candidaturas logo que a obra estivesse em processo de conclusão. Quanto ao candeeiro, referiu ter tomado boa nota da observação e, se fosse possível, seria retirado. -----



Não havendo mais assuntos para este período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura do Edital e respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

- 1 - Período reservado à intervenção do público; -----
- 2 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao mapa de pessoal e respetivo anexo de 2026 - 1ª Alteração – Para deliberação; -----
- 3 - Alteração modificativa nº1/2026 – Para conhecimento; -----
- 4 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração modificativa nº 2/2026 – Para deliberação; -----
- 5 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta Comunidade de Energia Renovável de Constância (CER) - Sistema Intermunicipal de Autoconsumo de Energia da Região do Médio Tejo (SIAC-RMT) - Propostas para autorização pela Assembleia Municipal: Contrato de delegação de competências na CIM-MT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para a celebração de contrato de concessão; repartição plurianual de encargos – Para deliberação; -----
- 6 - Delegação LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) reportados a 31/12/2025 – Para conhecimento; -----
- 7 - Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de autorização prévia e de compromissos plurianuais - Ciclo urbano da água – Para deliberação; -----
- 8 - Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----
- 9 - Outros assuntos de interesse. -----

Lido o Edital com a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ---

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente se alguém pretendia intervir. -----

Solicitaram a palavra os Senhores Álvaro Alves, residente na Freguesia de Montalvo, cujos assuntos diziam respeito; organização do trânsito naquela Freguesia, segurança, e gravação das sessões da Assembleia de Freguesia. O Senhor Pedro Calhau Lopes, residente na Freguesia de Constância, cujo assunto dizia respeito a uma reiterada questão social, relacionada com um seu familiar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves. ----
No uso da palavra, o Senhor Álvaro Alves, começou por manifestar o seu desagrado por,



na Assembleia de Freguesia de Montalvo, as sessões não serem gravadas. Não entendia o motivo de tal situação, uma vez que nas sessões da Assembleia Municipal, Assembleias de Freguesia de Constância e de Santa Margarida da Coutada, era adotado o sistema de gravação. Um outro assunto que pretendia apresentar, estava relacionado com o trânsito na Freguesia de Montalvo, um assunto urgente, que andava a ser discutido há bastante tempo e nunca mais era resolvido. Uma outra questão, dizia respeito ao Centro Escolar de Montalvo; a sua inauguração tinha decorrido no ano de dois mil e dezoito, continuando com falta de sombras (arvoredo), que permitissem às crianças brincar no exterior do edifício nos tempos de recreio. Por fim, chamava a atenção para o estado de degradação em que se encontravam alguns edifícios na Freguesia de Montalvo, a necessitarem de permanente vigilância, exigindo uma intervenção urgente, tendo para o efeito dado alguns exemplos. – De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Pedro Calhau Lopes, começando este por referir que o assunto que pretendia apresentar, vinha no seguimento da questão que já tinha apresentado na Assembleia Municipal anterior, respeitante a um seu familiar (filho). No entanto, antes do assunto principal, pretendia manifestar o seu desagrado, pelo pouco tempo que o Regimento contemplava para as intervenções do público, razão pela qual voltava a esta Assembleia, para continuar a apresentação do assunto. Sobre o mesmo, referiu que tinha havido uma ligeira evolução da situação depois da sua intervenção na sessão anterior. Disse ter recebido do Município um e-mail, referindo que existia uma habitação Municipal vaga, para receber o casal, seu familiar, ao qual, tinha respondido afirmativamente. Passado algum tempo, tinha recebido um novo e-mail, a referir que já não era possível, por ter ocorrido uma outra situação, relacionada com um caso de violência doméstica, sendo necessário ocupar aquela habitação. Lamentava aquele volte-face, uma vez que tinha ficado assente aquele compromisso. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas, respondeu ele próprio à questão apresentada pelo Senhor Álvaro Alves, sobre a gravação das sessões das Assembleias; referiu que as gravações das intervenções nas Assembleias, ou estavam contempladas nos respetivos Regimentos, ou de autorização prévia da respetiva Assembleia. Em relação à Assembleia de Freguesia de Montalvo, era um assunto que tinha que ser resolvido na própria Assembleia, e não na Assembleia Municipal. Quanto à questão apresentada pelo Senhor Pedro Calhau Lopes, sobre o tempo destinado para a intervenção do público; referiu que se limitava a fazer cumprir o Regimento Municipal, discutido, elaborado e votado pelos Deputados Municipais, dignos representantes do povo que os elegeu. Não era pelo facto de um Município entender que deveria ser diferente, que o



Regimento sofreria alterações. Por fim, lembrou que o tempo destinado ao público era para apresentação de questões concretas, não para debates. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder ao Senhor Álvaro Alves, sobre a questão do trânsito na Freguesia de Montalvo, referindo que o executivo tinha recebido um conjunto de reclamações, sendo necessário promover uma reunião com a GNR (Guarda Nacional Republicana), para que fossem analisadas as questões apresentadas pelos munícipes. O desencontro de datas para a referida reunião, tinha levado a diversos adiamentos, aguardando-se pela melhor oportunidade. Quanto ao Centro Escolar de Montalvo e à falta de arvoredo na zona do recreio das crianças, estava a ser elaborado um projeto, visando a colocação de um Parque Infantil, que depois de concluído e devidamente autorizado, seria para avançar. Quanto aos edifícios degradados reportados, os serviços técnicos do Município tinham em mãos uma avaliação da situação de alguns dos mencionados, no entanto, em seu entendimento e dos técnicos, não existia de momento qualquer risco de derrocada. Referiu igualmente, já ter solicitado um registo fotográfico de cada um dos edifícios degradados, para enviar aos proprietários, dando conta da situação, sensibilizando-os para as questões de segurança que estavam em causa. -----

Quanto à questão familiar apresentada pelo Senhor Pedro Calhau Lopes, o que lhe podia transmitir, era que já tinha dado despacho ao concurso para habitação de um edifício situado na Praça Alexandre Herculano, prevendo-se a sua publicitação na próxima semana. Quanto à prioridade dada para a situação de violência doméstica, era uma situação temporária, podendo prolongar-se por seis meses, findo aquele prazo, seria mais uma habitação para arrendamento. Também estava previsto, o lançamento de concursos para habitação a custos acessíveis, dos três fogos na Rua Grande, em Constância, estando prevista a conclusão das obras até final do mês Maio. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 - ANÁLISE DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E RESPETIVO ANEXO DE 2026 - 1ª ALTERAÇÃO – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que esta alteração dizia respeito à consolidação e atualização do mapa de pessoal de acordo com: procedimentos de recrutamento concluídos, início de mobilidades autorizadas e reforço de



alguns lugares a prover, nomeadamente; um Sapador Florestal para substituir o que se tinha aposentado, assim como, o recrutamento de um Mecânico. Estas eram as principais alterações ao mapa de pessoal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam colocar alguma questão. -----

Solicitou a palavra a Senhora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que da observação que fazia ao mapa de pessoal, continuava a verificar que no respeitante a Assistentes Operacionais (trabalhadores de rua), continuava a existir, de acordo com o seu ponto de vista, um défice enorme em relação às reais necessidades do Município, bem visíveis durante as operações de apoio levadas a efeito nas últimas cheias. Todos se tinham empenhado, mesmo assim, sem as ajudas exteriores, os danos seriam muito maiores. Lembrou, que em tempos passados e em condições idênticas, quando as ajudas se limitavam aos habitantes da Vila e aos Bombeiros, eram os funcionários Municipais quem estava sempre na linha da frente. Também verificava, a contratação de alguns técnicos superiores, principalmente ao nível da Ação Social e Educação por tempo indeterminado ou resolutivo certo, que teriam certamente a ver com projetos comunitários e transferências de competências para o Município. Para além daquelas observações, pretendia apresentar duas questões: - A primeira, era referente à vaga para Sapador Florestal. Sabendo que, quem coordenava aquela equipa era o Senhor Francisco da Liberdade e, tendo este passado por mobilidade para encarregado, em substituição do Senhor Manuel Pedro, por este se ter aposentado, não seria neste caso necessária a contratação de um, mas sim de dois Sapadores Florestais. A Segunda questão, estava relacionada com a contratação de um Fiscal Municipal. Teve conhecimento que teria existido um concurso para Fiscal Municipal, no entanto, continuava aberto um lugar a prover no mapa de pessoal. Pretendia saber, qual o ponto de situação. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão relacionada com o Sapador Florestal, Senhor Francisco da Liberdade, referindo que, por opção dele, tinha aceitado coordenar o pessoal das obras (construção civil) e a equipa de Sapadores Florestais, acumulando as duas funções. Quanto à questão do Fiscal Municipal, não estava prevista mais nenhuma contratação, estando o atual Fiscal a frequentar o curso de formação específica, ministrado pelo CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica). No mapa de pessoal, só constava um lugar para Fiscal e estava provido. Relativamente à questão da escassez de Assistentes Operacionais, referiu que, entre os procedimentos levados a cabo e as pessoas que estavam colocadas no Município através do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), à data presente, o Município



estava bem melhor que há uns anos, em trabalhadores de rua, embora, as dificuldades de recrutamento continuassem bastante difíceis, dando para o efeito alguns exemplos. -----
Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que as dificuldades de recrutamento existentes no presente, teriam sido minorizadas se as aberturas de concursos tivessem acontecido com maior antecipação. Lamentava, no presente, serviços municipais estarem encerrados por falta de pessoal, mesmo que temporariamente e por motivos imprevisíveis de doença. O mesmo acontecia nos serviços exteriores, tais como: - Recolha de monos, ramais para ligações de águas e esgotos, etc. Por fim, questionou qual a razão do novo Chefe da Divisão dos Serviços Técnicos não estar presente nas Assembleias Municipais, que, para além de não se inteirar das questões apresentadas e relacionadas com os serviços da Divisão que coordenava, não se dar a conhecer aos Deputados Municipais, uma vez que poucos o conheciam. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o o Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Engenheiro Francisco Marques, era para estar presente nesta Assembleia Municipal, no entanto, por motivos pessoais imprevistos, não tinha sido possível. Quanto às considerações apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, considerava-as admissíveis a quem nunca tinha desempenhado funções autárquicas executivas, o que não era o caso, embora nunca tivesse estado ligado ao urbanismo. Talvez por esse facto, desconhecasse a dificuldade em substituir pessoas naquela complexa área, onde funcionavam três pessoas e duas delas estavam de baixa médica. Não era de um dia para o outro que se colocava alguém a desempenhar aquelas funções específicas, dando para o efeito alguns exemplos. Quanto aos atrasos na recolha de monos e outros serviços de rua, como já tinha referido era resultante em grande parte, da falta de pessoal. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação, sendo o ponto aprovado por maioria, com seis votos de abstenção (três da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e três da Bancada do Partido CHEGA) e, restantes doze votos a favor, da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

PONTO 3 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 01/2026 – PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----



No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um ponto apenas para conhecimento da Assembleia Municipal, dando conta que o saldo de gerência que tinha transitado de dois mil e vinte e cinco para dois mil e vinte e seis, no valor de dois milhões, duzentos e catorze mil quatrocentos e quarenta e nove mil euros e noventa e um cêntimos (2.214.449, 91€), sendo que, o valor de quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dois euros e cinquenta cêntimos (544.602,50€), respeitava a receita consignada, respeitante a: - Habitação a custos acessíveis, na Travessa do Jardim; Loja do cidadão; requalificação da Extensão de Saúde de Santa Margarida; habitação a custos acessíveis na Rua Grande; Radar Social; espaço envolvente à antiga Escola Primária de Constância e, os setenta e cinco mil euros da CAIMA, referentes à Central de Biomassa. Não havendo questões e, sendo um ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº 02/2026 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de uma revisão ao orçamento, com a injeção do saldo de gerência transitado. Uma parte, era para despesa de capital, outra parte, para despesa corrente. Lembrou, que quando da apresentação do orçamento para dois mil e vinte e seis, já tinha referido que existiam rubricas de despesa corrente sem dotação, que seriam reforçadas no âmbito da revisão ao orçamento, dando para o efeito alguns exemplos. Também estava contemplado nesta revisão: - Um valor para atribuição aos Bombeiros Voluntários de Constância, para aquisição de uma ambulância; um valor de oitenta mil euros (80.000,00€), para apoio à Santa Casa da Misericórdia de Constância; noventa mil euros (90.000,00€), para a Associação de Defesa do Património do Concelho de Constância, a serem aplicados na recuperação da Quinta da Dona Maria, em Montalvo; vinte e cinco mil euros (25.000,00€), para melhoramento das condições empresariais, no desenvolvimento de um projeto de execução para instalação de uma incubadora de empresas; cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), inscritos para edifícios, instalações e serviços, construções e beneficiações, tendo em vista a substituição do telhado do armazém Municipal de Vale de Mestre, no caso de surgir alguma hipótese de candidatura; também estava contemplado o Cineteatro, para aquisição de diverso equipamento. Aquelas eram as distribuições mais significativas do saldo de gerência. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, the initials 'SC' below it, and 'TM' at the bottom.

Coligação Democrática Unitária, solicitando os seguintes esclarecimentos: - Verificava, que existia uma verba de cerca de quarenta mil euros, destinados à Associação “Constância Mountain Runners”, para a organização do Trail. Sendo este valor destinado aos gastos, pretendia saber, qual o retorno. Também verificava, um valor de cento e trinta e oito mil euros (138.000,00€), para a pavimentação do Largo Heitor da Silveira, em Constância, solicitando mais esclarecimentos. Verificava igualmente, um valor de cento e quinze mil euros (115.000,00€), para aquisição de terrenos, pretendendo ser esclarecido mais em concreto, do que se tratava. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo ser esclarecido se, a verba referida de cento e trinta e oito mil euros (138.000,00€), para repavimentação do Largo Heitor da Silveira, era mesmo para o largo referido ou, para a repavimentação da Avenida das Forças Armadas. Também pretendia fazer algumas observações: - Via com agrado, o facto de estar prevista uma verba para a aquisição de equipamento para o Cineteatro, assim como, para o ciclo urbano da água. Pena era, não estar previsto neste último, a concretização dos esgotos da localidade da Pereira. Sobre as verbas destinadas aos Runners (Trail), considerava uma verba bastante considerável, comparativamente às verbas destinadas às Pomonas Camonianas, uma iniciativa significativa única, singular e genuína, envolvendo escolas, Casa Memória de Camões, Município e toda a comunidade do Concelho, tendo apenas prevista uma verba de vinte mil euros (20.000,00€). Também ficava surpreendido com as verbas destinadas ao Cais Ribeirinho, de apenas vinte e dois mil e novecentos euros (22.900,00€), quando em anos anteriores as verbas previstas eram bastante superiores. - Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar se, a proposta de alteração modificativa em análise, já refletia as necessidades resultantes da tempestade Kristin, e das cheias. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, questionando se os cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), previstos para o Cineteatro, diziam respeito a algum projeto específico, que fosse ao encontro das aspirações dos munícipes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a questão relacionada com o “Confluência Trail”, uma iniciativa do Município com o apoio de diversas Associações, referindo que não conseguia ter forma de quantificar os valores de retorno, o que sabia, era que o evento do Trail, de ano para ano vinha



crescendo em número de participantes e, como consequência, um maior movimento na Vila, com benefícios para o comércio local, nomeadamente, para a restauração e cafetaria, assim como, uma maior projeção do Concelho, numa área turística e desportivamente até então pouca conhecida. Quanto ao Largo Heitor da Silveira, efetivamente, a designação não era a correta, destinando-se o valor dos cento e trinta e oito mil euros (138.000,00€), para a Avenida das Forças Armadas, para reparação do espaço destinado ao tráfego de viaturas na zona pavimentada com lajetas. Quanto à aquisição de terrenos, tratava-se de dois imóveis devolutos, situados; um na Rua da Fonte, na Aldeia de Santa Margarida e outro, na Rua Nova, na Portela, ambos para construção de habitação a custos acessíveis, com projetos em fase de elaboração. Quanto às considerações proferidas pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, não as comentava, apenas as respeitava. Sobre a referência aos esgotos no lugar da Pereira, referiu que no quadro comunitário até dois mil e vinte e nove, o Concelho tinha um “bolo” financeiro, de pouco mais de cinco milhões de euros. Só para o Ciclo Urbano da água, a estimativa para as três fases previstas orçava em cinco milhões e meio de euros. Mesmo que o Município pretendesse desenvolver as três fases previstas simultaneamente, não seria possível por falta de financiamento. Lembrou, que só para a “Fase I” - (Portela e Constância Sul) e, “Fase II” - (Vale de Mestre e Aldeia), estavam previstos cerca de três milhões e novecentos mil euros, ficando de fora a fase (3) três (Malpique e Pereira). Para além do projeto do Ciclo Urbano da Água, dentro do mesmo quadro comunitário de apoio, ainda teriam de contar com a requalificação da Igreja Matriz de Constância e a eficiência energética da Piscina Municipal, não havendo grande folga financeira para que se pudesse incluir a questão do saneamento básico do lugar da Pereira. Quanto ao Cais Ribeirinho, na alteração modificativa em análise, o que constava era um reforço ao valor total, não se tratando de nenhuma reprogramação. Referiu, que tinha sido submetida uma nova candidatura ao Turismo de Portugal, aguardando-se uma resposta positiva ou negativa daquela entidade. -----

Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, entendia o desconhecimento do processo relativo ao Cineteatro e, de forma bastante sintética, passou a desenvolver o seu historial. Entretanto, tinham elaborado um projeto para luz e som, que aguardava o momento que surgisse financiamento para avançar, estimando-se um investimento em mais de cento e cinquenta mil euros. -----

Voltou a solicitar a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, para referir que a sua questão sobre o Cineteatro, não estava relacionada com o projeto estrutural, mas sim cultural, com a dinamização do espaço. -----



Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo que acompanhava aquela preocupação, sentindo até, alguma amargura. Não estava prevista, para já, a utilização como sala de cinema, mas sim, noutras áreas culturais, como peças de teatro e outros espetáculos. -----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referiu não estarem incluídos os danos causados pela tempestade Kristin e pelas cheias, nem seria possível, uma vez que desconhecia quais os apoios governamentais disponibilizados para o efeito. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação deste ponto, sendo aprovado por maioria, com três votos de abstenções, da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e votos favoráveis das restantes Bancadas. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou uma Declaração de Voto que fica a constituir (ANEXO II) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL DE CONSTÂNCIA (CER) - SISTEMA INTERMUNICIPAL DE AUTOCONSUMO DE ENERGIA DA REGIÃO DO MÉDIO TEJO (SIAC-RMT) - PROPOSTAS PARA AUTORIZAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CIM-MT - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO; REPARTIÇÃO PLURIANUAL DE ENCARGOS – PARA DELIBERAÇÃO

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal informou as Bancadas, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que estaria presente para a apresentação do projeto e para as questões relacionadas, o Senhor Professor Carlos Lobo, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Advogado e Coordenador do projeto. Seguidamente, lembrou, que este assunto era de grande relevância para o Concelho de Constância, devendo ser tida em linha de conta a informação disponibilizada, cuja síntese se transcreve: - “No sentido de Portugal concretizar o compromisso para atingir a neutralidade carbónica 2050 (RNC 2050), tinha sido aprovado o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), através da Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2020, de 10 de julho, que estabelecia como metas, atingir até 2030, entre outras coisas, a redução entre 45% e 55% das emissões de gases com efeitos de estufa e, a incorporação de 47% de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia. A par do combate às alterações climáticas, a situação atual do mercado de eletricidade, com o escalar dos preços e a instabilidade internacional, constituíam-se como motivadoras para que se promovesse a autossustentabilidade energética do País e, a obtenção de energia com menores custos. Neste âmbito, o Decreto-Lei nº15/2022, de 14 de janeiro, transpondo



de uma Diretiva da União Europeia, fornece o enquadramento jurídico necessário à constituição de comunidades de energias renováveis (CER), uma forma personificada de autoconsumo, em que numa fase posterior, pudessem participar pessoas coletivas, privados ou públicas. Era aqui que poderiam participar as Autarquias Locais, podendo aderir à CER, sem prejuízo de poderem ser apenas aderentes e, nessa qualidade dela beneficiar. Nesta perspetiva, a CIM-MT, enquanto Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, assumiria um papel preponderante, dando os passos necessários para a implementação do sistema intermunicipal de autoconsumo coletivo de energia renovável, com a construção das CER e acompanhamento da sua gestão. O Município de Constância, pretendia através de Contrato Interadministrativo, aderir ao projeto, procedendo à delegação de competências na CIM-MT, em todos os domínios dos interesses próprios das suas populações”. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o ponto em análise (CER) Comunidade de Energia Renovável, um assunto devidamente documentado através da informação de suporte enviada aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia, traduzia-se, de grosso modo, na pior das hipóteses, numa poupança de dez por cento (10%) na faturação energética do Concelho que, resumidamente, definia do seguinte modo: -----

1. Não tinha nenhum custo adicional para o Município; -----
2. O Município, não tinha capacidade, pela sua natureza e pequena dimensão, levar a efeito só por si, um projeto desta natureza. -----

Para uma melhor explicação, deu a palavra ao Técnico, Doutor Carlos Lobo, coordenador do projeto, para a apresentação e devidos esclarecimentos. -----

Tomou a palavra o Senhor Doutor Carlos Lobo, referindo que se tratava de um projeto da CIM-MT, em preparação há cerca de dois anos e meio. Tinha nascido de uma circunstância histórica, elencando para o efeito, alguns alongados aspetos técnicos como exemplos. Para efeitos de sustentabilidade no autoconsumo, tinham escolhido duas CIM; a CIM-MT e a CIM da região de Coimbra. O projeto a desenvolver, era baseado numa concessão num prazo máximo de vinte anos, ressarcido na venda de energia aos próprios Municípios, onde estavam colocados os Centros Electroprodutores. O projeto seria colocado a concurso e, ganharia a empresa que oferecesse uma menor rentabilidade, e menor prazo de concessão. Em resumo, os Municípios ofereciam os locais de injeção, e o privado, dentro das localizações pré identificadas, escolheria os melhores para instalação dos painéis. Também explicou, que o projeto inicial incluía Municípios, empresas e cidadãos.



Após audição a diversas entidades, incluindo o Tribunal de Contas, tinham reformulado a ideia, virando-se, numa fase inicial, apenas para Municípios. No entanto, nos termos da Lei, em momento posterior a participação seria livre, respeitando o princípio do livre acesso. Para o Município de Constância, num cenário conservador, em vinte anos, adquiriria energia num valor estimado em; um milhão seiscentos e vinte e dois mil duzentos e vinte e oito euros (1.622.228,00€) e, com a implementação deste projeto, pouparia cerca de seiscentos mil euros, tendo em atenção o preço base. Também referiu, que no final da concessão, o Município ficaria com os ativos em sua posse, podendo readquirir a soberania energética sobre o território, reforçando as competências sobre o sistema elétrico, numa ótica de proximidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais para apresentarem as questões que julgassem pertinentes. -----

Foram diversas as questões apresentadas pelas três Bancadas, assim como, pelos Senhores Vereadores da CDU-Coligação Democrática Unitária e do Partido CHEGA, respondidas pelo técnico coordenador do projeto. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que não se sentia em condições para se pronunciar sobre um documento com mais de cento e noventa paginas, cuja matéria não dominava, nem em seu entender, era matéria de fácil discussão nesta Assembleia Municipal. Mesmo tratando-se de um estudo iniciado há mais de dois anos, muito poucos tinham conhecimento dele, como era o seu caso. Neste sentido e em consciência, não poderia votar favoravelmente. -----

Não havendo mais questões por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação do ponto, sendo o mesmo aprovado por maioria, com seis votos contra - três da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e três da Bancada do Partido CHEGA, uma abstenção da Bancada do Partido Socialista e onze votos a favor da restante Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou Declaração de Voto, ficando a constituir (ANEXO III) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

A Bancada do Partido CHEGA apresentou Declaração de Voto, ficando a constituir (ANEXO IV) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 6 - DECLARAÇÃO LCPA (LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO) REPORTADOS A 31/12/2025 – PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----



No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava da declaração de todos os compromissos plurianuais existentes a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Referiu, não existirem à data, pagamentos em atraso, apenas alguns recebimentos. Referiu igualmente, que o prazo médio dos pagamentos era inferior a trinta dias. -----

Não havendo questões e sendo o Ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CICLO URBANO DA ÁGUA – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Assembleia Municipal tinha delegado no Presidente da Câmara Municipal a competência para a assunção de compromissos plurianuais até determinado montante. Tendo em conta que o Ciclo Urbano da Água ultrapassava aquele valor, era necessário que a Assembleia Municipal, autorizasse não só a assunção de compromissos plurianuais, como, autorização prévia para o lançamento da empreitada, no valor de três milhões e novecentos mil euros. Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Antes de passar ao ponto seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação, autorização para se poder prolongar a Assembleia para além das vinte e quatro horas. Autorização aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 - APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim em substituição da Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo fazer algumas observações; - A primeira observação, tinha a ver com a aquisição externa de serviços de limpeza para o Centro de Saúde de Constância e para os Paços do Município, manifestando o seu desagrado pelos exagerados valores envolvidos. Pelo que verificava na informação disponibilizada, a aquisição de serviços de limpeza para o Centro de Saúde de Constância, para um período de cinco meses, orçava em quase



vinte mil euros mais iva, cerca de cinco mil euros mensais, a pagar a uma empresa que, por sua vez, contratava duas ou três pessoas para fazerem a limpeza durante a noite, para além de se manter uma funcionária durante o dia. Para o edifício da Câmara Municipal, os valores eram menores, orçando os dois mil trezentos e trinta e sete euros mensais. Em sua opinião, era preferível a Câmara Municipal abrir um concurso público para contratação de pessoal para aquelas áreas, contribuindo assim, para a diminuição do emprego precário. Também verificava na informação, uma referência a um projeto para a requalificação e ampliação da Escola Luís de Camões. Pretendia saber em que fase estava o referido projeto e, do que é que se tratava em concreto. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às observações relacionadas com as limpezas do Centro de Saúde de Constância e dos Paços do Concelho, sobre as verbas consideradas exageradas para a limpeza. No respeitante ao Centro de Saúde, a justificação estava relacionada com a exigente logística necessária para proceder à limpeza dos vidros exteriores do edifício. Quanto à limpeza no interior dos Paços do Concelho, a empresa iniciava a limpeza pelas dezanove horas em todos os espaços do edifício e, a informação que tinha dos trabalhadores da Câmara Municipal, era que o serviço funcionava bem. Quanto à Escola Luís de Camões, estava marcada para a próxima segunda feira, uma reunião na Escola, com ele, o Senhor Arquiteto Lourenço Gomes, autor do projeto e a Senhora Diretora da Escola, para uma análise ao projeto. A reabilitação estava relacionada com substituição de caixilharias, sistema elétrico e melhoramentos no espaço da biblioteca. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte e último da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 9 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Solicitou a palavra, o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que há cerca de dois anos, nesta Assembleia Municipal, tinha chamado a atenção para o estado em que se encontrava o asfalto da Estrada do Campo. Nada tinha sido feito, e os acidentes continuavam, quase sempre no mesmo local, com pedidos de ressarcimentos de danos financeiros ao Município por parte dos condutores. Sugeria, que a Câmara Municipal mandasse reparar, pelo menos, o local devidamente identificado, onde, mais acidentes tinham acontecido. Uma outra questão tinha a ver com a afixação de informação pública nos locais destinados para o efeito, não havendo o cuidado em retirarem a informação ultrapassada, optando por colocar por cima. Ainda neste âmbito, mesmo tendo em atenção a falta de pessoal, lamentava a publicitação de informações com cerca de ano e meio de atraso, dando para o efeito o exemplo da publicitação da atribuição do nome do Senhor Comendador António Mendes, a uma



Travessa, numa Urbanização na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----
Solicitou a palavra, o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA, sugerindo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal contactasse o seu homólogo de Vila Nova da Barquinha, para a reparação do pavimento na estrada de acesso à Ponte da Praia do Ribatejo/Constância, junto ao entroncamento com a EN3 (Estrada Nacional 3), onde as raízes das árvores tinham provocado danos no asfalto, perigando a circulação e danificação de viaturas. -----

Solicitou a palavra, o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que tinha recebido para conhecimento, a resposta ao Ofício enviado aos CTT, Correios de Portugal, sobre os atrasos na distribuição da correspondência. Pelo que verificava, nada tinha sido referido sobre a distribuição do Boletim Municipal, colocado fora das caixas de correio e à chuva. Ou a questão não tinha sido reportada, ou os CTT, a tinham omitido na referida resposta. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, explicando que o Ofício resposta dos CTT, dizia respeito ao Voto de Desagrado, aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal, sobre os reiterados atrasos na distribuição de correspondência no Concelho de Constância, não constando no texto do referido Voto de Desagrado qualquer referência ao Boletim Municipal. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo, para questionar, qual o ponto de situação sobre a falta de Médico de família na Extensão de Saúde daquela Freguesia. Referiu ainda, ter conhecimento estar prevista a saída por motivo de aposentação, da Senhora Enfermeira Maria João, questionando, se já estava prevista a sua substituição. Também pretendia saber, se havia alguma evolução em relação à circulação de veículos na Travessa da Rua da Fé, naquela Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a questão da Estrada do Campo; referindo, que tinha tomado boa nota do assunto. Quanto à questão da publicitação atrasada de informação pública; lamentava a situação, era bom que não acontecesse, no entanto, a complexidade que os processos tinham atualmente e a carência em recursos humanos, levavam a que surgissem situações daquela natureza. Lembrou, que a Câmara Municipal sem contratar praticamente ninguém nos últimos oito anos, apenas com a requalificação de funcionários e aumentos de salários,



tinha aumentado a despesa com pessoal em um milhão e meio de euros, tornando-se cada vez mais difícil o equilíbrio financeiro. -----

Sobre a questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do Partido CHEGA; referiu que já tinha dado conta da situação do asfalto junto ao entroncamento com a EN3, ainda na vigência do ex. Presidente Fernando Freire. Não estando resolvida a situação, comprometia-se a renovar a informação. -----

Sobre as questões apresentadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, começando pela questão do Médico de família na Extensão de Saúde da sua Freguesia, não possuía mais informações sobre o assunto. O que sabia, era da possibilidade da ULS- Médio Tejo (Unidade Local de Saúde do Médio Tejo), estudar a possibilidade da Médica que dava consultas às sextas feiras no Centro de saúde de Constância, poder alternar com a Extensão de Saúde de Santa Margarida. Uma proposta apresentada em reunião de Câmara pelo Senhor Vereador da CDU-Coligação Democrática Unitária, João Pedro Costa Amaro Céu. Quanto à aposentação da Senhora Enfermeira Maria João, nada sabia, no entanto, iria questionar a ULS Médio Tejo sobre o assunto. Quanto à circulação de veículos na Travessa, da Rua da Fé, só agora ia para consulta pública, no sentido de dar provimento a uma questão apresentada por um munícipe, através de um requerimento, solicitando que aquela Rua passasse a ter apenas um sentido. -----

Sobre a questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, sobre o ponto de situação das obras da Loja do Cidadão, referiu; a obra tinha prevista a sua conclusão em março dois mil e vinte e seis, o que não iria acontecer. O empreiteiro tinha sido notificado para apresentar um novo plano de trabalhos atualizado, caso não o apresentasse, sofreria as consequências previstas para estes casos, com uma multa diária por cada dia de atraso. Lembrou, que a data limite para que não fosse perdido o financiamento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), era o final do mês de junho de dois mil e vinte e seis. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura da Minuta da Ata, colocando-a a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou

encerrada a sessão, eram uma hora e quatro minutos, de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e seis. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal e, para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata, a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António Luís F. de
Maria Cristina do Rosário Dias Silva
Maria Dulce Berra de Olym

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**Voto de Agradecimento**

A Assembleia Municipal de Constância, reunida em sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026, por unanimidade, decidiu aprovar o seguinte voto de agradecimento:

Na sequência das recentes operações de evacuação levadas a efeito no pretérito dia 5 de fevereiro, na zona ribeirinha de Constância, pela súbita subida das águas dos Rios, realizadas em circunstâncias particularmente exigentes e de elevado risco, vem esta Assembleia Municipal de Constância, por este meio, expressar um profundo e sentido agradecimento a todas as forças e entidades envolvidas.

É de inteira justiça reconhecer o empenho, a coragem, o profissionalismo e o espírito de missão demonstrados pelos elementos da Proteção Civil, Bombeiros, Guarda Nacional Republicana, Forças Armadas (Exército, Força Aérea e Marinha), funcionários da Autarquia, voluntários e demais agentes que, de forma coordenada e incansável, asseguraram a proteção e salvaguarda de pessoas e bens.


A prontidão na resposta, a dedicação ao serviço público e a solidariedade demonstradas foram determinantes para minimizar os impactos da situação e constituem um exemplo notável de cooperação e compromisso para com a comunidade.

A todos os envolvidos, o nosso sincero reconhecimento e gratidão pelo apoio prestado.

Muito obrigado!

Constância, 27 de fevereiro de 2026

O Presidente da Assembleia Municipal de Constância



Dê-se conhecimento deste Voto de Agradecimento às seguintes entidades:

- Chefes do Estado Maior do Exército, Marinha e Força Aérea;
- CCCR – LVT;
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Comando do Destacamento Territorial da GNR - Abrantes;
- Bombeiros Voluntários de Constância.

ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO
MODIFICATIVA Nº 02/2026

DECLARAÇÃO DE VOTO

Pese embora projectos importantes para a dinâmica da actividade da Câmara Municipal e por via disso essencial ao desenvolvimento do Concelho, a proposta apresentada não deixa de merecer reparos significativos por parte dos eleitos da CDU.

O projecto relativo ao Ciclo Urbano da Água, essencial e urgente na sua concretização para as populações de Santa Margarida da Coutada, ficará incompleto caso não integre a resolução da construção de uma rede de esgotos no lugar da Pereira.

~~È com agrado e satisfação que vimos a pavimentação, ou melhor a repavimentação, do Largo Heitor da Silveira de forma a corrigir a má escolha do piso feita na última remodelação, não entendendo contudo, a falta de dotação com vista à regularização e substituição do pavimento degradado da Avenida das Forças Armadas, sendo hoje o pior cartão-de-visita que tem o nosso concelho.~~

Os valores, quanto a nós excessivos, dedicados ao Trail, uma prova que nos dias de hoje se faz um pouco por todo o país não deixam de contrastar com verbas insuficientes atribuídas às Pomonas Camonianas essas sim uma iniciativa que continua genuína e diferenciadora no contexto regional e nacional.

O Cais de Apoio às actividades Náuticas, que o Senhor Presidente da Câmara afirmou em 2024 que era um projecto em reprogramação viu a sua dotação passar de 150.000€ para 22900€, não se vislumbrando por isso qualquer forma de concretização.

Vimos com agrado a verba atribuída à resolução de problemas existentes no Cine Teatro Municipal de forma a dignificar as condições de som e imagem daquele equipamento cultural.

As verbas consignadas à Construção/Beneficiação de edifícios (espera-se que sejam aplicadas mais na beneficiação tendo em conta o estado em que se encontram muitos edifícios municipais) também não deixam de ter a nossa plena concordância.

Face ao exposto o voto da CDU é de abstenção.

Os eleitos



Constância, 27 de Fevereiro de 2026

PROPOSTA DE COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL E**CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CIMT****DECLARAÇÃO DE VOTO**

Para os eleitos da CDU é sem dúvida meritória a procura de fontes diversificadas de energia nomeadamente através das chamadas energias limpas.

Julgamos, no entanto, que num processo como o presente deveria ser precedido de um esclarecimento mais aprofundado à Assembleia Municipal onde temos que votar sim ou não, a exemplo do que foi feito sobre o possível açude no Rio Tejo.

A proposta que temos em mãos da constituição de uma empresa pública/privada não nos parece a melhor forma de defender os interesses do município.

A distribuição do capital com 51% para privados e 49% distribuídos entre municípios e CIMT significa que o negócio será bom para os privados, que deterão a maioria do capital e consequentemente a gestão da futura empresa, seria igualmente bom para as câmaras municipais, não vendo por essa razão, justificação para que não se possa criar uma empresa intermunicipal.

A não garantia do desmantelamento dos equipamentos obsoletos passados os 20 anos do contrato e a possibilidade, por parte da futura empresa, de implantação de painéis em locais fora dos edifícios municipais também não pode deixar descansados todos os que hoje estão dispostos a tomar esta decisão.

Como não somos profissionais, nem de energias nem de gestão, existem elementos difíceis, para nós, de compreender.

Na página 16 do documento fala-se de uma estrutura societária de 1.500.000€ enquanto que na constituição do conjunto dos 12 CERs esse valor atinge apenas os 120.000€.

Por outro lado ao delegar todas as competências na CIMT, que arrecadará 5% dos proveitos, a Câmara Municipal fica privada de qualquer controle sobre a gestão da empresa.

Pelas razões apontadas o voto da CDU é contra a proposta de Comunidade de Energia Renovável e Delegação de Competências na CIMT.

Os eleitos da CDU

Constância, 27 de Fevereiro de 2026



[Handwritten signatures]

Declaração de voto – Assembleia Municipal de 27 de Dezembro de 2026

Para efeitos de registo formal entrego a declaração de voto completa relativa ao ponto 5 da Assembleia Municipal do dia 27 de Fevereiro de 2026, solicitando que seja anexada e transcrita integralmente em acta, ao abrigo do Artigo 28º do Regimento da Assembleia Municipal de Constância.

Ponto 5 – Análise, discussão e eventual aprovação da proposta Comunidade de Energia Renovável de Constância (CER) – Sistema Intermunicipal de Autoconsumo de Energia da Região do Médio Tejo (SIAC-RMT) – Propostas para autorização pela Assembleia Municipal: Contrato de delegações de competências na CIM-MT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para celebração de contrato de concessão; repartição plurianual de encargos – Para deliberação *CONTRA*

A apresentação das informações contidas neste projeto, apenas se referem a vantagens e poupanças supostamente resultantes do próprio projeto, não mencionando quaisquer desvantagens ou inseguranças específicas para o munícipe. A adesão a este modelo intermunicipal de energia, não revela de forma clara e objetiva, salvaguardar o interesse do Concelho de Constância.

Em primeiro, não existe qualquer garantia contratual de poupança mínima para o Município. As vantagens anunciadas assentam em projeções e cenários, sem salvaguardas jurídicas que protejam o erário municipal caso os resultados positivos não correspondam ao esperado.

O segundo ponto a destacar, a previsão de 619 mil euros de poupança em 20 anos, são resultado de cenários económicos dependentes, se efetivamente o preço da energia não baixar, se durante esse lapso de tempo não surgirem novas soluções mais baratas e o consumo do município mudar, pelo que, essa poupança pode não acontecer e nos elementos apresentados não parece haver quaisquer garantias que protejam o Município nesse sentido.

Este modelo implica a criação de mais uma entidade intermédia, através das Comunidades de Energia Renovável (CER), acrescentando complexidade, custos indiretos e distância entre o Município e a decisão, sem que exista uma necessidade concreta que o justifique à escala do nosso município.

Acresce que estamos perante contratos de longa duração, entre 15 e 20 anos, que prendem o Município a decisões tomadas hoje, reduzindo a flexibilidade futura e dificultando seriamente qualquer reversão caso o modelo não se revele vantajoso. A experiência concreta de modelos intermunicipais em outros concelhos, demonstra bem os riscos associados a este tipo de compromissos prolongados, onde promessas iniciais de eficiência acabaram por resultar em perda de controlo, rigidez contratual e impactos negativos para os municípios que assistem à fatura a aumentar e a qualidade de serviço a não acompanhar.

Para um Município de pequena dimensão como Constância, esta opção traduz-se ainda numa perda efetiva de soberania e capacidade de decisão, uma vez que a margem para influenciar decisões intermunicipais é naturalmente limitada, ficando o concelho exposto a opções que não controla.

Esta declaração de "Voto de Protesto" da Bancada do Partido Chega, é direccionada ao actual executivo que pretende levar a cabo uma operação financeira que visa um Negócio Milionário.

Fazemos, assim, um apelo às diversas Bancadas, independentemente da sua orientação política, para rejeitarem determinadamente esta Proposta, mais uma vez, emanada Pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que tornará o Município Refém de um Mega compromisso financeiro durante um período de 19 anos (entre 2027 e 2046).

Preparam-se para que na Nossa Assembleia Municipal se dê Luz Verde a esta Proposta Através de um contrato de delegação de competências na CIM-MT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) para celebração de um contrato de concessão REPARTIÇÃO PLURIANUAL DE ENCARGOS

Este projecto, no nosso entender, é completamente desajustado da realidade financeira da nossas Autarquia.

Este Protocolo começa por referir o "Acordo de Paris", que tantos dissabores tem trazido aos Estados signatários, apelando a um Radicalismo Climático destruidor de inúmeras empresas e economias, suportado pela descredibilizada ONU e por interesses instalados, baseados em Especialistas avançados, os quais têm sido refutados em inúmeros fóruns de Ciência.

Relembro que o objectivo deste Acordo, seria a Neutralidade Carbónica responsável pelo Aquecimento Global, teoria que não se tem verificado, dando lugar às famosas Alterações Climáticas, que mais não são do que "Alterações Dogmáticas", tal a Raiva e as certezas emanadas pelas Organizações envolvidas, as tão conhecidas ONGs.

Somos Testemunhas dos verdadeiros atentados levados a cabo neste País, reflectidos nos:

-**Parques Eólicos**, que desfiguraram a paisagem das nossas serras e, que segundo a Quercus, afectam determinadamente as Rotas das Aves Migratórias, sendo eles, por si só, uma Pegada Ecológica Devastadora. (Efeito Barreira, Ruído, Trepidação. No caso dos Parques Offshore a altura coincide com as rotas de voo das Aves Marinhas)

-**Parques Fotovoltaicos** são outro atentado paisagístico que tanto tem descaracterizado as Nossas Terras. para além destas monstruosidades proliferarem, muitas das vezes, sobre solos aráveis alterando irremediavelmente a sua estrutura. Estes equipamentos são, ainda, destruidores da Biodiversidade subjacente reflectindo se em:

Percas de Habitat

Fragmentação de Ecossistemas

Remoção de vegetação aumentando o processo e erosivo do solo

Riscos para a Fauna forçando a migração das espécies

Na implementação destes parques, as terraplanagens que alteram a orografia dos terrenos são também elas, responsáveis pelas Alterações Microclimáticas, influenciando a formação de nuvens, precipitações (chuvas orográficas) e a velocidade dos ventos, podendo aumentar a temperatura entre 3 e 5 graus Centígrados. Na concepção destes Painéis é despendido um elevado consumo energético com uma, não menos, elevada carga de emissões tóxicas. No final da vida útil destes Painéis (25 a 30 anos), o processo de reciclagem é complexo e dispendioso que se não for levado a cabo pode dar origem a que estes possam acabar em aterros gerando assim, riscos ambientais elevados derivado à presença de metais pesados e compostos tóxicos.

Voltando à proposta apresentada que refere a Escalada dos preços, esta não refere os motivos da mesma, que residem, também, no elevado custo das Rendas pagas, ou seja, as fontes de

Energia Renovável, tornaram-se, de tal forma onerosas devido ao negócio instalado que tornaram reféns os Estados e as Organizações proprietárias obrigando-as a comprar a um preço fixo por 15, 20 ou 25 anos. Por outro lado, a energia produzida é instável devido á sua intermitência (veja-se as razões que levaram ao recente Apagão) logo de pouca fiabilidade, requer, ainda, uma modernização da rede eléctrica capaz de efectuar o armazenamento e o Backup.

Pelas razões apontadas, antes de qualquer deliberação por parte deste Órgão Municipal, devemos ponderar uma reflexão profunda sobre os Prós e os Contras deste investimento. Nesta Proposta apela-se à Urgência na Transição para a Energia Renovável, ora todos sabemos que

A URGÊNCIA É INIMIGA DO BOM SENSO E LOGO DOS BONS NEGÓCIOS

Desta forma e por todas estas razões, a nossa posição é clara, a Bancada do Partido CHEGA VOTA CONTRA esta Proposta
Solicitamos que esta declaração conste integralmente em ata.

